

DF: acidentes com lagartas podem acarretar danos graves

Vigilância Ambiental recolheu dezenas de lagartas no Lago Sul

Por Isabel Dourado

Apesar da beleza que ostentam devido à sua coloração, algumas lagartas podem ser bastante perigosas para os seres humanos. A Diretoria de Vigilância Ambiental da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) recolheu 90 lagartas Lonomia no quintal de uma residência no Lago Sul na semana passada.

O objetivo da ação é fabricar soro antiveneno, já que essa é a espécie de lagarta mais perigosa para o ser humano. Segundo a Secretaria de Saúde do DF, a inoculação do seu veneno pode ocasionar hemorragias e até a morte. O recipiente com as lagartas recolhidas foi levado a São Paulo para a produção do soro antilonômico (SALon) no Instituto Butantan.

O biólogo da Diretoria de Vigilância Ambiental (Dival) da Secretaria de Saúde, Israel Moreira, explica que a lagarta Lonomia é uma das espécies mais perigosas do Brasil e pode se camuflar no tronco das árvores, especialmente em espécies frutíferas. “Árvores como o pé de manga, por exemplo, muitas vezes apresentam musgos esverdeados na superfície do tronco, além de outros organismos que acabam se misturando ali. A lagarta se mistura a essa superfície, ficando pouco visível”, esclarece ele.

“Como a lagarta costuma se alimentar à noite, ela passa esse período se alimentando de forma intensa. Durante o dia, desce para a altura do tronco, mais ou menos na altura em



Instituto Butantan

Segundo o Instituto Butantan, veneno fica concentrando nos espinhos da lagarta

que as pessoas costumam encostar. Além disso, elas se agrupam, formando colônias no tronco. Se a gente se descuidar, pode acontecer um acidente.”

Por esse motivo, ao coletar frutas no pomar, encostar-se em troncos para descansar ou realizar quaisquer outras atividades em ambiente silvestre, a Vigilância Ambiental recomenda observar bem o local antes de fazer o manuseio.

Antiveneno

O SALon é específico para o tratamento dos envenenamentos causados por lagartas Lonomia. De acordo com informações do Instituto Butantan, o antiveneno

foi desenvolvido em meados da década 1990 de forma pioneira pelo Butantan, e sua produção depende da coleta de exemplares da lagarta, uma vez que dentro dos espinhos ou cerdas distribuídos por seu corpo é que está a matéria-prima para a produção do soro.

O biólogo Israel Moreira destaca que a população, ao encontrar essas lagartas não deve matá-las, pois elas são fundamentais para a produção do antiveneno. “Por isso existe um interesse tão grande do Butantan em qualquer lagarta desse tipo que apareça no país, porque não tem como criá-las em laboratório. A gente sempre recomenda que a população não mate esses animais.

Temos notícias de pessoas que queimam, esmagam, quando na verdade o ideal é chamar a vigilância ambiental para que possamos, primeiro, identificar se a lagarta realmente oferece risco, se é a lagarta Lonomia e dessa forma possamos recolher e enviar ao Butantan para o Instituto fazer o soro antilonômico.”

Moreira ressalta que apenas o estágio larval de mariposas oferecem risco à população, devido à presença de cerdas urticantes e veneno em muitas delas. Por isso, as espécies inofensivas aos seres humanos devem permanecer no meio ambiente. “Elas cumprem um papel fundamental no equilíbrio do ecossistema”, reforça.

DF: SebraeLab promove encontro para apresentação de soluções de Startups

O SebraeLab, no Parque Tecnológico de Brasília (Biotic), recebe nesta terça-feira (28) a 4ª edição do Labday 2026.

A iniciativa reúne empresas iniciantes para apresentar alternativas voltadas à sustentabilidade e ao impacto social.

A participação é gratuita e as inscrições estão abertas no site do Sebrae. O encontro será realizado das 17h30 às 21h e segue um formato baseado em apresentações curtas de negócios selecionados.

A proposta é aproximar empreendedores de soluções aplicáveis ao cotidiano, com foco em demandas reais do mercado e o incentivo à adoção de práticas mais eficientes. O projeto ocorre mensalmente e resulta de uma parceria entre o Sebrae no DF, o Biotic e a Cotidiano Aceleradora.



Divulgação/Biotic

A 4ª edição do Labday 2026 será gratuita no Biotic

A iniciativa tem como principal objetivo criar um ambiente de experimentação, no qual os participantes possam conhecer ferramentas voltadas à melhoria de processos e redução de custos operacionais em diferen-

tes setores.

Nesta edição, um dos serviços oferecidos será a análise técnica de consumo de energia elétrica.

Uma empresa especializada em energia solar fotovoltaica fará simulações de viabilidade para

instalação de sistemas solares. Interessados podem levar a conta de luz atual para avaliação no local, com estimativa de economia e indicação de alternativas.

A programação também prevê espaço para interação entre participantes, com foco em conexões entre empreendedores, estudantes e profissionais interessados em inovação.

Conforme divulgado pela Agência Brasília, o objetivo é estimular o contato direto entre quem desenvolve soluções e quem busca aplicá-las, ampliando possibilidades de negócios. O Labday é voltado a diferentes perfis, incluindo empresários e pessoas em fase de formação.

A organização orienta que o acesso ao evento seja feito mediante inscrição prévia.

DF: Justiça investiga esquema de pirâmide

A Justiça do Distrito Federal aceitou a denúncia do Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) sobre um esquema de pirâmide financeira ligado a empréstimos consignados de militares, com prejuízo superior a R\$ 1,3 milhão.

O grupo, formado por oito investigados, é acusado de crime contra a economia popular, organização criminosa e lavagem de capitais.

Segundo o MPDFT, a decisão aponta indícios de autoria e materialidade e afasta o acordo de não persecução penal. A apuração, conduzida pela 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor (Prodecon), identificou atuação entre maio de 2021 e março de 2023 no DF.

Os envolvidos operavam pela consultoria Sacredi Brasília, oferecendo ganhos de 6% a 12% ao mês com supostos investimentos inexistentes. Para dar aparência de legalidade, eram apresentados contratos registrados em cartório e com testemunhas.

Os relatórios financeiros indicam que os valores captados não foram aplicados no sistema formal. Os recursos eram distribuídos entre contas de integrantes e empresas de fachada para ocultar a origem. Uma dessas empresas, com nome semelhante e sede em Goiânia (GO), foi usada para movimentações circulares que somaram milhões.

O modelo seguia a lógica de Ponzi, com pagamento a participantes antigos a partir do dinheiro de novos ingressos. O esquema entrou em colapso em março de 2023, quando cessaram os repasses.

Segundo o MPDFT, ao menos 17 militares foram identificados como vítimas, mas o dano pode ser maior.

A investigação aponta ainda a participação de um suboficial da ativa da Força Aérea Brasileira (FAB), que atuava no setor de consignações e repassava dados sobre margem consignável de militares em troca de comissões. Foram identificadas 36 transações que somam mais de R\$ 22 mil em favor do militar.

A conduta é enquadrada, em tese, como corrupção passiva militar. O MPDFT pediu o desmembramento do processo para envio da apuração desse crime à Justiça Militar da União (JMU), enquanto os demais delitos seguem na Vara Criminal.